

Senhoras e senhores, boa tarde.

Cumprimento, com especial deferência, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Desembargador Eduardo Uhlein, em nome de quem saúdo os demais integrantes da gestão recém-empossada, bem como todas as autoridades aqui presentes, colegas da magistratura, servidoras e servidores, representantes de instituições parceiras, familiares e amigos.

Vivemos um tempo em que as instituições são permanentemente testadas. Um tempo em que a democracia é desafiada. Em que a confiança pública precisa ser construída todos os dias e em que o papel de cada Poder da República se torna ainda mais visível e mais cobrado pela sociedade. Assumir a AJURIS neste contexto é assumir um compromisso que não é apenas com a história da nossa associação, mas, sobretudo, com o futuro da Justiça no Rio Grande do Sul.

Por isso, este não é apenas um momento de transição administrativa.

É um momento de responsabilidade institucional. Um momento em que uma entidade com mais de 80 anos de história reafirma o seu papel na defesa da magistratura, do Poder Judiciário e da sociedade gaúcha.

No início da tarde, acompanhamos a posse da nova Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Agora, celebramos esta solenidade da AJURIS. E há um simbolismo muito claro nessa sequência: o Tribunal e a Associação, cada qual na sua missão própria, caminham juntos porque compartilham o mesmo compromisso essencial, que é servir à Justiça, fortalecer seus magistrados e magistradas e proteger os direitos da sociedade.

Assumir hoje como o quadragésimo Presidente desta associação octogenária é, antes de tudo, assumir uma grande responsabilidade. Uma responsabilidade que nasce da consciência da grandeza institucional da AJURIS e do papel que ela desempenha. Responsabilidade que exige não apenas entusiasmo, mas consciência histórica, senso de dever e espírito de unidade.

Agradeço, desde já, aos mais de 900 colegas que participaram do processo eleitoral e que confiaram a mim esta missão para os próximos dois anos. Recebo essa confiança com humildade e com a certeza de que ela só pode ser honrada por meio do trabalho coletivo, do diálogo permanente e da escuta atenta da magistratura gaúcha.

E é exatamente por isso que nada do que acontece aqui hoje pode ser compreendido como obra individual. Para chegar até este momento, houve uma construção coletiva, realizada ao longo de muitos anos. Por isso, não posso deixar de agradecer aos colegas de caminhada da

gestão que hoje se encerra: Cristiano, Helena, Thiago, Samyra, Amita e Clarissa. Cada um de vocês teve um papel decisivo na minha formação como gestor e como pessoa. A convivência, a competência técnica, o comprometimento institucional e, sobretudo, o afeto que marca nossa atuação conjunta foram e são uma verdadeira escola. Levo comigo um pouco da visão, da experiência e da sensibilidade de cada um nessa nova etapa.

Faço também um registro especial de saudação à gestão que hoje se inaugura: ao Vice-presidente Administrativo Vancarlo André Anacleto; ao Vice-presidente de Patrimônio e Finanças Alexandre Kreutz; ao Vice-presidente Cultural João Carlos Leal Junior; à Vice-presidente Social Samyra Remzetti Bernardi; ao Vice-presidente de Aposentados Paulo Augusto Monte Lopes; à Diretora da Escola Superior da Magistratura, Clarissa Costa de Lima; ao Vice-diretor Paulo Augusto Oliveira Irion; e a todos os integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, que assumem funções essenciais para a governança e para a legitimidade interna da AJURIS.

Além daqueles que ocupam hoje postos formais de gestão, muitos outros colegas foram fundamentais nessa caminhada. Seria impossível nominá-los sem correr o risco de cometer injustiças pelo esquecimento. Por isso, faço uma homenagem simbólica a todos eles na pessoa do agora Primeiro Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o colega Cláudio Martinewski, ex-presidente da nossa associação, com

quem tive a honra de aprender muito quando atuei como seu Vice-Presidente Cultural. Especialmente aprendi o valor da escuta qualificada, do diálogo permanente e da construção coletiva das decisões.

Foi assim na sua gestão, foi assim na gestão do Cristiano, e é assim que pretendo conduzir a AJURIS nos próximos dois anos: com unidade, com escuta, com diálogo e com profundo respeito pela pluralidade da magistratura gaúcha.

Portanto, meu muito obrigado, colegas.

A AJURIS chega aos seus mais de 80 anos com a autoridade de quem não nasceu pronta, mas foi construída no tempo. Uma instituição que se formou por muitas mãos, em diferentes gerações, atravessando períodos de estabilidade e de crise, sempre preservando aquilo que lhe dá sentido: a defesa da magistratura, da Justiça e da sociedade.

O seu registro de fundação, em 11 de agosto de 1944, já traz com clareza esse núcleo essencial. A AJURIS nasceu para defender os direitos e interesses dos associados, promover a integração institucional e fortalecer a magistratura como corpo. Mas, desde o início, ela nasceu com uma vocação que vai além do associativismo estrito: a vocação de ser uma entidade com **responsabilidade pública**.

E há uma palavra que, para mim, sintetiza essa origem e atravessa toda a história da AJURIS: **solidariedade**. Uma solidariedade que nunca foi apenas um conceito abstrato, mas uma prática concreta. Uma solidariedade que se traduziu, ao longo das décadas, em presença institucional, em compromisso social, em capacidade de agir quando o Rio Grande do Sul mais precisou.

A história da AJURIS não é a história de atos isolados, nem a soma de gestões individuais. Ela é a história de uma permanência institucional. É a capacidade de atravessar gerações, de se renovar mantendo seus valores, de atualizar sua atuação sem perder sua identidade. Poucas instituições conseguem isso. E é isso que dá à AJURIS a sua autoridade moral e institucional.

Por isso, quando falamos da AJURIS, não falamos apenas de uma associação de magistrados. Falamos de uma entidade que aprendeu a equilibrar três dimensões fundamentais: **a defesa dos seus associados, o fortalecimento do Poder Judiciário e o compromisso permanente com a sociedade.**

Essas três dimensões são o eixo que organiza a própria razão de existir da AJURIS. E é por isso que o livro dos 80 anos da Associação sintetiza essa trajetória nesses três compromissos claros.

Eles não competem entre si. Eles se completam. Não há magistratura forte sem uma associação que acolha e represente seus membros. Não há Judiciário legítimo sem

independência e qualificação. E não há Justiça verdadeira sem conexão com a realidade social.

É a partir desse entendimento que se constrói a identidade da AJURIS. Uma entidade que cuida de seus associados, que defende a autonomia do Poder Judiciário e que não se fecha em si mesma, porque reconhece que a magistratura só encontra sentido pleno quando se reconhece como parte viva da sociedade.

É com essa base histórica, com esse legado de solidariedade e com essa responsabilidade institucional que eu introduzo, agora, os três pilares que sustentam a AJURIS e que orientam a nossa atuação

O primeiro pilar da AJURIS é o associado.

E aqui é importante afirmar, com toda a clareza: a AJURIS não pertence a uma pessoa, a um grupo ou a uma corrente de pensamento. **A AJURIS pertence aos magistrados e magistradas gaúchos. E, por consequência, pertence também à sociedade.**

Quando falamos em associado, falamos em pluralidade. Falamos em uma magistratura diversa, formada por centenas de colegas que atuam em diretorias, conselhos, coordenadorias do interior, grupos de trabalho e em tantas outras frentes que dão vida cotidiana à AJURIS. A fotografia da posse é simbólica, mas a verdadeira AJURIS é construída todos os dias por muito mais gente do que aqueles que ocupam cargos formais de gestão.

Essa pluralidade é uma força. Mas ela também nos impõe um dever: **o dever de garantir que a AJURIS seja, de fato, a casa de todos os juízes e juízas do Rio Grande do Sul.** A casa dos colegas da ativa e dos aposentados. Dos que estão na Capital e no interior. Dos mais novos e dos mais experientes. Dos juízes de primeiro grau e dos desembargadores.

O associativismo só faz sentido quando é espaço de pertencimento, e não de divisão.

A AJURIS precisa ser o lugar onde a magistratura se reconhece. Onde diferenças são respeitadas, mas onde a unidade é preservada. Onde cada colega se sente representado, protegido e ouvido.

Esse pertencimento faz parte da história de cada um de nós. A nossa relação com a AJURIS começa ainda antes do ingresso na magistratura, no curso de preparação da Escola da AJURIS. Uma escola que é orgulho da magistratura gaúcha por ser a mais antiga do Brasil e a Escola Oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Tive a honra de atuar como vice-diretor dessa Escola na gestão que hoje se encerra, e me despeço dessa função com a tranquilidade de saber que ela seguirá em excelentes mãos, com os colegas Clarissa e Irion.

A Escola da AJURIS é muito mais do que um espaço de formação técnica. Ela é um espaço de formação institucional, ética e humana da magistratura. É ali que começa a construção da identidade do juiz e da juíza gaúchos.

Quando ingressamos na carreira, a Ajuris continua presente em todas as etapas da nossa vida profissional. Está no curso de formação. Está na assistência à saúde. Está na instituição financeira que facilita o crédito. No consórcio de veículos. Nas casas da AJURIS que garantem moradia adequada no interior. Na sede campestre que oferece espaço de convivência e descanso. Nos eventos que promovem integração, troca de experiências e construção de laços humanos.

Está também na defesa jurídica, na valorização profissional, na capacitação permanente, na atuação institucional por melhores condições de trabalho, na proteção da saúde ocupacional, na segurança e na dignidade do exercício da função jurisdicional.

E quando chega o momento da aposentadoria, como tão bem lembra a querida colega Helena, deixamos os fóruns e o Tribunal, mas não deixamos a AJURIS. Ela continua sendo o nosso espaço de pertencimento, de convivência e de acolhimento.

E mesmo depois da nossa partida, a AJURIS continua cuidando das nossas famílias, pela mútua e pelo seu departamento de pensionistas.

Isso diz muito sobre o que essa instituição representa. A AJURIS não acompanha apenas a carreira do magistrado. **Ela acompanha a vida do magistrado.**

Por isso, a AJURIS é pertencimento.

É acolhimento.

É afeto.

E quando alguém perguntar por que vale a pena ser associado da AJURIS, a resposta não estará apenas nos serviços que ela presta, mas no fato de que ela constrói uma comunidade institucional que protege, integra e dá sentido à nossa trajetória como juízes e juízas.

Ainda dentro desse primeiro pilar, é preciso afirmar algo fundamental: **não existe magistratura forte sem associativismo forte.** O associativismo não estranha a magistratura. Ele é parte da própria essência institucional do Poder Judiciário.

Defender as prerrogativas da magistratura não é defender privilégios. É defender a própria legitimidade do Poder Judiciário frente aos demais Poderes e, sobretudo, frente ao povo, de quem emana todo o poder, conforme estabelece a nossa Constituição.

Por isso, cuidar do associado é, ao mesmo tempo, cuidar da magistratura e cuidar da democracia.

O segundo pilar da AJURIS é o Poder Judiciário.

E aqui entramos em um ponto que é central não apenas para a magistratura, mas para a própria democracia.

Afirmo de forma convicta: **defender o Poder Judiciário é defender o cidadão.**

A independência judicial não é um privilégio de juiz. É uma garantia da sociedade. É a proteção que o indivíduo tem diante do poder do Estado, das majorias ocasionais, dos interesses econômicos, das pressões políticas e das forças que, muitas vezes, não têm rosto nem voto.

Quando se enfraquece o Judiciário, não se atinge uma carreira.

Ataca-se a última instância de proteção do cidadão.

Por isso é preciso dizer com clareza: **um Judiciário fraco fragiliza a democracia; um Judiciário forte protege a liberdade.**

A AJURIS nunca se limitou a representar interesses corporativos. Ao longo da sua história, consolidou-se como uma instituição que compreendeu que a defesa da magistratura é, na essência, a defesa do Estado Democrático de Direito.

A AJURIS nunca se furtou, **nem jamais se furtará**, a essa responsabilidade.

Sempre esteve presente nos grandes debates nacionais que dizem respeito à ética pública, aos direitos

fundamentais e à estabilidade democrática. E continuará estando, com serenidade, firmeza e responsabilidade institucional.

Mas a defesa do Poder Judiciário não se faz apenas pela afirmação da sua independência. Ela se faz também pela qualificação permanente da prestação jurisdicional.

Não basta ser independente. É preciso ser competente, eficiente, humano, acessível e confiável.

A legitimidade do Judiciário nasce desse equilíbrio: autonomia institucional de um lado, qualidade concreta do serviço prestado de outro.

Nesse sentido, a AJURIS sempre teve papel protagonista no aperfeiçoamento da Justiça. Foi assim na consolidação dos Juizados Especiais. No desenvolvimento do depoimento especial. Nas políticas de superendividamento. Nas penas alternativas. Na justiça restaurativa. Na linguagem simples.

São exemplos de como a magistratura gaúcha não se limita a julgar processos, mas pensa a Justiça como serviço público essencial à vida.

É nessa articulação entre independência judicial e qualidade da prestação jurisdicional que se constrói aquilo que o Ministro Edson Fachin define como a **“legitimação da caminhada”**.

Existe a legitimação de ingresso, dada pelo concurso público ou pela investidura constitucional. Mas existe, sobretudo, **a legitimação que se constrói todos os dias, no exercício da função**, sustentada por duas colunas: a independência do Poder Judiciário e a integridade da magistratura.

Essa legitimação não é teórica.

Ela é prática.

Ela se constrói na forma como decidimos, na forma como enfrentamos pressões, na forma como honramos, concretamente, os valores da Constituição.

E o mundo contemporâneo nos oferece exemplos claros do que ocorre quando essa legitimidade é atacada.

Vemos, em diferentes países, processos de enfraquecimento deliberado do Poder Judiciário.

Vemos tentativas de submeter a magistratura a lógicas estranhas à técnica, à ética e ao Direito.

O recente caso do México, ao submeter a magistratura a processos eleitorais potencialmente capturáveis por interesses políticos, econômicos e até criminosos, é um alerta. Os episódios no Chile, em Israel e na Hungria mostram como a erosão da independência judicial não é um risco abstrato, mas um perigo concreto à estabilidade democrática.

Por isso, afirmar a independência judicial hoje não é retórica.

É uma necessidade democrática.

E é com serenidade e firmeza que podemos afirmar: **os juízes e juízas do Rio Grande do Sul têm independência, integridade e compromisso de sobra.**

Isso se vê no dia a dia.

Na forma como enfrentam temas difíceis.

Na seriedade do trabalho realizado.

Na responsabilidade com que exercem a jurisdição.

E os dados do Conselho Nacional de Justiça confirmam isso.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul tem sido, **ano após ano**, reconhecido como o tribunal de grande porte mais produtivo do Brasil.

Isso não é estatística fria.

Isso é a vida real das pessoas sendo atendida.

Isso é o esforço diário de juízes, juízas, servidores, servidoras, estagiários e estagiárias para entregar Justiça com qualidade.

E aqui surge uma pergunta que não pode ficar restrita apenas ao mundo jurídico:

Que Judiciário a sociedade gaúcha quer?

Um Judiciário independente?

Acessível?
Íntegro?
Eficiente?
Humano?
Confiável?

Se a resposta for sim, então é preciso dizer algo com a mesma clareza:

esse Judiciário precisa ser valorizado.

Valorização é condição de funcionamento.
Valorização significa condições de trabalho adequadas.
Significa saúde ocupacional.
Significa estrutura.
Significa segurança institucional.
Significa respeito à independência funcional.

E significa, também, uma retribuição compatível com a responsabilidade, a complexidade e a relevância social da função exercida.

Se queremos manter a magistratura gaúcha como **referência nacional de qualidade**, precisamos tornar a carreira atrativa para os melhores quadros do Direito. Para profissionais com excelência técnica, compromisso ético e sensibilidade humana à altura da função jurisdicional.

Insisto: essa não é uma pauta corporativa.
É uma pauta da sociedade.

Porque uma sociedade que não valoriza o seu Judiciário, enfraquece a própria proteção dos seus direitos.

Por isso, deixo aqui uma frase que sintetiza este pilar e precisa ser ouvida para além dos muros da magistratura:

“A independência judicial não é um privilégio da magistratura.

É um direito da sociedade.”

O terceiro pilar da AJURIS é a sociedade.

A AJURIS jamais se limitou a ser uma entidade voltada apenas para os interesses de seus associados ou para as demandas internas do Poder Judiciário. Desde a sua origem, compreendeu que a magistratura só encontra sentido pleno quando se reconhece como parte viva da comunidade a que serve.

A Justiça não é um fim em si mesma. **Ela existe para proteger a vida**, no seu sentido mais amplo.

Por isso, a AJURIS sempre assumiu o papel de conexão entre a Justiça e a população. Uma conexão que não é apenas institucional, mas ética, social e humana. Uma conexão construída com ações concretas, com presença pública e com compromisso real com os problemas e com as soluções do Rio Grande do Sul.

Desde a atuação na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, passando pela denúncia do caso do Presídio Central de Porto Alegre à Comissão Interamericana de Direitos

Humanos, até iniciativas materiais diretas como a Cozinha Solidária, em que colegas produzem refeições para a população em situação de vulnerabilidade, a AJURIS sempre esteve onde a Justiça precisava se fazer presente como dignidade.

Somam-se a isso as ações culturais, educacionais e de estímulo ao pensamento crítico, como o Prêmio AJURIS de Direitos Humanos e o Prêmio AJURIS de Redação nas Escolas, que aproxima a Justiça dos estudantes da rede pública. São ações que mostram que Justiça também é educação, cultura e formação cidadã.

Mas há um momento recente que precisa ser destacado de forma especial...

As enchentes de maio de 2024 atingiram de maneira profunda o nosso Estado. Foi a maior tragédia da história do Rio Grande do Sul. E, diante dela, a AJURIS não foi indiferente.

Transformamos valores em ação concreta.

A AJURIS e seus juízes e juízas, em cada canto do Estado, mobilizaram recursos, arrecadaram mais de um milhão e quatrocentos mil reais em doações, apoiaram a recuperação de escolas, levaram ajuda às comunidades atingidas e criaram instrumentos técnicos, como o Observatório Enchentes, para qualificar a resposta institucional do sistema de justiça diante da catástrofe.

Mesmo diante das dificuldades materiais, profissionais e pessoais que todos enfrentamos naquele momento, a magistratura gaúcha não interrompeu sua missão. Audiências urgentes foram mantidas. Processos sensíveis continuaram a tramitar. Documentos perdidos pela população foram recuperados. Direitos continuaram a ser protegidos.

E mais do que isso: muitos juízes e juízas literalmente arregaçaram as mangas e foram para a linha de frente do auxílio à população. Atuaram no resgate, no acolhimento, na distribuição de ajuda, mostrando que a magistratura é mais do que uma profissão. É uma função essencial à sociedade.

Com o apoio da AJURIS, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, da AMB e de diversos tribunais e associações do país, a resposta institucional foi rápida, técnica e humana.

Foi um momento difícil.

Mas também foi um momento de grandeza.

E de profunda lição sobre o sentido da nossa função.

A magistratura gaúcha mostrou, ali, que a Justiça também se constrói com presença, coragem e solidariedade.

E por isso as palmas são para vocês, colegas!

Ao nos aproximarmos do final desta manifestação, fica claro que a AJURIS é muito mais do que uma entidade de representação de interesses de uma classe. Ela é uma

instituição essencial ao funcionamento do Poder Judiciário e à própria democracia.

Por isso, a AJURIS continuará na defesa intransigente:
da valorização de seus associados,
da independência judicial,
das condições de trabalho,
da integridade da magistratura,
e da qualidade da prestação jurisdicional entregue à população.

Continuará também a atuar para que o Poder Judiciário mantenha viva a chama democrática, garantindo que nossos filhos e netos vivam em uma sociedade livre, plural, humana e solidária.

E aqui é preciso falar de forma clara e responsável.

**Que não nos venham com ataques aos juízes e às juízas.
Que não nos venham com ataques infundados ao Poder Judiciário.**

Que não nos venham com uma falsa ideia de reforma administrativa que, na prática, fragiliza o Judiciário, sucateia a carreira da magistratura e atinge frontalmente a independência judicial.

O Poder Judiciário é o último recurso do indivíduo.
Enquanto o Poder Executivo é o poder das majorias,
legitimado pelo voto direto,

enquanto o Poder Legislativo é o espaço dos grupos organizados, dos partidos e da representação política proporcional,
é o Poder Judiciário que representa o indivíduo diante do Estado.

É o Judiciário que protege quem está sozinho diante do poder econômico, político ou institucional.

Antes de encerrar, não posso deixar de fazer uma menção especial aos amigos e à minha família.

Nada disso existiria sem as pessoas que dão sentido à vida. Muitos amigos e parentes fazem parte da minha caminhada e, de algum modo, ajudaram a me trazer até aqui hoje.

Em nome de todos eles, faço um agradecimento muito especial à **minha esposa, Alessandra**, minha companheira de uma vida. São mais de trinta anos juntos, construindo uma história que sustenta tudo o que faço. Obrigado pelo amor, pela parceria, pela compreensão antecipada das ausências que este momento da carreira exige.
Te amo.

Aos meus filhos, João Vicente e Pedro Henrique, que me lembram todos os dias porque o trabalho público precisa ter sentido e ser exercido com responsabilidade:

Porque o futuro é deles.

E é por eles também que a Justiça precisa continuar sendo humana, firme e confiável.

Amo vocês.

Ao encerrar, quero voltar ao ponto central de tudo o que foi dito aqui hoje.

Falamos de uma instituição com mais de 80 anos de história.

A primeira associação de magistrados do Brasil.

Uma entidade que nasceu da solidariedade, que se construiu pela pluralidade e que se sustenta pela responsabilidade pública.

Falamos de uma associação que cuida dos seus associados, que defende o Poder Judiciário e que se compromete com a sociedade. Pilares que são a própria razão de existir da AJURIS.

Mas essa instituição não existe em abstrato.

Ela existe porque cada um de vocês a constrói todos os dias.

São os juízes e juízas do Rio Grande do Sul, em suas comarcas, varas, câmaras, coordenadorias, diretorias, conselhos e grupos de trabalho, que dão vida concreta a essa história.

A AJURIS é, antes de tudo, uma obra coletiva da magistratura gaúcha.

Assumir como o quadragésimo Presidente desta associação histórica significa assumir um compromisso com todos vocês:

o compromisso de preservar e fortalecer um espaço institucional que garante voz, proteção e unidade à nossa magistratura;
que sustenta a independência do Judiciário;
e que a mantém conectada com população.

Vivemos tempos em que o Judiciário é desafiado, pressionado e, muitas vezes, atacado.
Mas é exatamente nesses momentos que se revela a força de uma magistratura que **sabe quem é, de onde vem e para quem existe.**

E essa força não está em uma diretoria.
Está na consciência coletiva de milhares de colegas que exercem ou exerceram a jurisdição com dignidade, responsabilidade e compromisso democrático.

Por isso, encerro reafirmando aquilo que atravessa todo este discurso:
Defender a magistratura é defender a democracia.
Defender o Poder Judiciário é defender o cidadão.

E essa não é uma tarefa de um presidente.
É uma tarefa de todos nós.
Dos que aqui estão.
Dos que aqui estiveram.
E dos que aqui estarão.

Muito obrigado.